

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação.
Permitida a cópia xerox. A citação deve ser textual, com indicação
de fonte conforme abaixo.

MARQUES, Say. *Say Marques (depoimento, 1977)*. Rio de
Janeiro, CPDOC, 2002. 29 p. dat.

SAY MARQUES
(depoimento, 1977)

Ficha Técnica

tipo de entrevista: temática

entrevistador(es): Alírio Eberhardt; Rosa Maria Barbosa de Araújo

levantamento de dados: Alírio Eberhardt; Rosa Maria Barbosa de Araújo

pesquisa e elaboração do roteiro: Alírio Eberhardt; Rosa Maria Barbosa de Araújo

sumário: Nara Azevedo de Brito

conferência da transcrição: Nara Azevedo de Brito

técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes

local: Porto Alegre - RS - Brasil

data: 18/08/1977

duração: 1h 45min

fitas cassete: 02

páginas: 29

Entrevista realizada no contexto da pesquisa "Trajetória e Desempenho das Elites Políticas Brasileiras", parte integrante do projeto institucional do Programa de História Oral do CPDOC, em vigência desde sua criação, em 1975.

temas: Borges de Medeiros, Carlos Cavaco, Federalismo, Getúlio Vargas, Guilherme Flores da Cunha, Oswaldo Aranha, Partido Republicano Riograndense, Política Partidária, República Velha (1889-1930), Revolução Constitucionalista (1932), Revolução de 1930, Rio Grande do Sul, Tenentismo

Sumário

Comentários sobre a Revolução de 30; perfil de Getúlio Vargas; o PC e a Revolução de 1930; o Congresso de Bagé; comentários sobre federalismo e República Velha; apoio da Frente Única à Revolução de 32; relacionamento entre Flores da Cunha e Getúlio Vargas; posição política de Getúlio Vargas na Revolução de 30; perfil de Osvaldo Aranha; relações entre Getúlio Vargas e a ala jovem do PRR; perfil de Borges de Medeiros; comentários à respeito de Lindolfo Collor e o Ministério do Trabalho; Carlos Cavaco; o PRR; perfil de Flores da Cunha; relações entre o PL e os tenentes; comentários sobre a posição política dos tenentes; áreas de influência do PL e do PRR; atuação da ala estudantil dos partidos; disciplina partidária; comentários à respeito do PRR; a Frente Única após 30; criação do PRL; adesões ao PRL; a questão da representação classista; adeptos da AIB no Rio Grande do Sul; participação do PL no governo Flores da Cunha; governo Cordeiro de Farias; análise da imprensa no Rio Grande do Sul; dissidência do PRL; comentários à respeito do assassinato de Valdemar Rippol; interventoria de Flores da Cunha.

Entrevista: 18.08.1977

R.M. – Esta é uma pesquisa, através de entrevistas, sobre a Revolução de 1930 e o conceito que dela façam, hoje, decorridos quase 50 anos (outubro de 1980), os entrevistados, e se destina aos arquivos histórico-políticos da Fundação Getúlio Vargas. Embora o senhor não tenha exercido mandatos públicos eletivos, quer no Legislativo quer no Executivo, esteve sempre muito perto, nesse longo período, como jornalista, dos homens (líderes de todos os partidos em que se parcelou a opinião pública rio-grandense e nacional, nesse meio século) que definiram as diretrizes políticas que conduziram o nosso país a partir de 1930.

S.M. – Não é fácil um pronunciamento de improviso, quase ao pé do avião que vocês tomarão daqui a pouco, com os recursos exclusivos da memória, embora tenha sido esta alimentada ao longo de uma vivência diária de quase 50 anos, de um acontecimento cívico-político-militar que encerrou o ciclo da república (a 1ª) de 1889/91/93. Tentarei fazê-lo, baseado em minhas conclusões e no meu testemunho, pessoais. Tenho para mim que a Revolução de 30 não foi “revolução”, mas um grave “equivoco”, ou melhor, uma soma de “equivocos”. Vou tentar demonstrá-lo.

R.M. – Mas a oposição, unindo-se aos governos do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e da Paraíba, apoiaram decisivamente a Revolução de 30...

S.M. – Certo... por “equivoco”. O governo instalado pela Revolução de 30, que deveria ser o estuário do pensamento político e revolucionário que impugnara a República Presidencialista, a partir da cruenta Revolução de 93 e através de todos os movimentos cívicos (as duas campanhas de Ruy Barbosa) e militares, sobretudo da década dos anos 20, mutilou-se e comprometeu-se profundamente ao aceitar a liderança das situações políticas e partidárias dominantes nos três Estados (Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba), as quais, oferecendo a base material para o pronunciamento armado terminaram por escamotear os ideais reformadores dos movimentos que a antecederam. E o resultado foi que, deflagrada para corrigir, com urgência, os vícios deplorados por todos mas dos quais eram aquelas situações estaduais tradicionais beneficiárias, ao em vez de fazê-lo, resistiram às reformas almejadas ou, ou se submetidas a elas, como no

caso do “Código Eleitoral”, empenharam-se em deturpá-los na prática ou aliená-los em amparo da irremediável vocação continuista do ditador. “Façamos a revolução antes que o povo a faça” —foi frase ressonante, na época, do presidente de Minas Gerais, Antonio Carlos de Andrade e Silva, mas quem a interpretou e praticou, conservadoramente com requintes de astúcia silente e maneirosa, foi o seu parceiro gaúcho, ao reservar-se, como legado irreversível, a ditadura pessoal que lhe desenhou perfil perene para a História contada mas não julgada ainda. E aí se constata outro “equivoco”, na formação original da “aliança para a revolução”. Para mim, Getúlio Vargas, que foi talvez o último a aceitar a revolução e nela engajou-se quando verificou ser vitoriosa (fato histórico), embora sem se opôr a ela como, de resto, nunca apoiou nem se opôs a nada dentro ou fora do governo, Getúlio, repito, alimentara secretamente (e o que não foi secreto no seu pensamento?) ter sido candidato de Washington Luís à presidência da República — isso sim teria sido do seu gosto — jamais de oposição, postura esta, incômoda para ele que fôra sempre, isso sim, sem segredo, um “governista”; ele que se educara na escola do “pensas que pensa, mas quem pensa sou eu” do chefe d’outrora. O que, ainda para mim, Getúlio teria desejado ardentemente, seria uma “aliança” não liberal, mas autoritária e contidamente, seria uma “aliança” não liberal, mas autoritária e continuista com Washington, homem “duro” e “forte”, com o qual talvez simpatizasse mais do que com Antônio Carlos, outro que talvez se tenha “equivocado” redondamente ao sonhar com uma “dobradinha” com Getúlio, se é que se enganou, pois o máximo a que chegaria, depois seria a presidência da Constituinte de 1934, diante do irremediável, ao se ver “traído” por Washington Luís, que preferira a ele, Antonio Carlos como candidato do “Catete”, referência ao Palácio do Governo, no Rio de Janeiro, como era do “jogo do poder” daquela época. Washington, “paulista de Macaé” (Rio de Janeiro, onde nascera), frustrando as aspirações de Getúlio e do Andrada, opta pela “repetição” do candidato vindo de São Paulo, preferindo “o café puro” em vez do “café com leite” como se apelidara (deveria ter sido um carioca o autor do dito) a alternância da presidência da República entre Belo Horizonte e São Paulo, deixando ao Rio Grande o “brinquedo” que custara a vida do senador Pinheiro Machado, o extraordinário e invejado caudilho (de 93) republicano e missioneiro (de São Luís, RS) que fizera o jovem gaúcho Flôres da Cunha, seu pupilo, mal egresso da Faculdade de Direito, ainda de cabeleira solta à moda dos espadachins da “Cavalaria Andante”, deputado federal pelo Ceará; e, para a delícia do Catete, se dava ao ofício macabro de somar maiorias parlamentares através das famosas comissões de “reconhecimento e degola”, ofício que só ele, Pinheiro,

soubera desempenhar com inexcusável perícia e frieza (Não seria ele no seu ofício, o único parceiro realmente sonhado por Getúlio? Ninguém o saberá, jamais, dizer com fidelidade, para a História). Jornalista, acompanhei Getúlio, em várias de suas viagens ao Rio Grande do Sul, e o vi sempre o mesmo “taciturno”, sem o “apetite” da fala... Em 1937, “espiei” a sua briga com Flôres da Cunha, então governador do Estado, em uma das salas da Assembléia Legislativa; Flôres impertigado e discordante, falava; Getúlio, de olho fechado e silencioso ouviu, de mãos para trás, o seu até então presumido pupilo, o mesmo a quem bafejara com a interventoria do Rio Grande do Sul, em 1930, em detrimento do aspirante João Neves da Fontoura que, com as credenciais de tribuno e líder da Aliança Liberal, alimentava legítimos direitos à preferência. E logo após, se ficou sabendo da viagem de sondagem e comunicação do secretário do Ministério da Justiça, Negrão de Lima, em nome do ministro da pasta, nunca em nome de Getúlio, Francisco de Campos, levando em mãos a minuta da Constituição a ser outorgada (a “polaquinha”, fascista, que instituiria o Estado Novo), enquanto o general Daltro Filho concentrava tropas do Exército em Santa Catarina para o “assalto”, que veio a se tornar desnecessário (Flôres cairia sozinho, fugindo para Montevideo), ao Rio Grande do Sul, onde instaurada a ditadura no país (com Getúlio, sempre) seria o interventor, para ser sucedido, depois, pelo então coronel Cordeiro de Farias.

R.M. – Ainda aí as oposições e seus líderes apoiaram Getúlio.

S.M. – Pois é, menos o retilíneo Raul Pilla.

R.M. – Mas Mem de Sá, secretário geral do Partido Libertador aderiu, com Walter Jobim, Oscar Fontoura e outros...

S.M. – Sim, Mem de Sá, aceitou no governo de Cordeiro de Farias, que foi um pacificador e eficiente governante, um cargo de diretor do Departamento de Estatística... para não ficar “devalde”. Pilla, na última reunião do Diretório Central do PL, ao discordar do Estado Novo, liberara a seus companheiros diante da dissolução dos partidos, como viria a fazê-lo, muito mais tarde, depois da “Revolução de 1964”. Ele, o grande líder, voltaria à cátedra de fisiologia na Faculdade de Medicina, de onde saíra na mocidade, para as lides políticas e doutrinaria (pelo parlamentarismo) em que se tornaria figura nacional respeitada e inexcusável pela sua coerência, serenidade e

sabedoria (Polemizou com brilho com os maiores constitucionalistas brasileiros, captando pacientemente, como mestre, a adesão ao parlamentarismo dos maiores e da mocidade iniciante. O hoje por exemplo, senador da República, dos mais brilhantes, Paulo Brossard, na Faculdade de Direito ainda; e outros, como Barbosa Lessa, silencioso e modesto, mas laureado e que depois veio a ser desembargador, como advogado indicado; e muitos outros, jovens bacharéis, médicos e engenheiros, estes em menor número).

R.M. – Sim, mas não nos afastemos muito de 1930.

S.M. – Pois então aí vai um outro “equivoco” da série que nos levou ao “caos” institucional até hoje devorando as energias e as esperanças dos genuínos pensadores políticos e militares partidários do Brasil. Ainda não se fechou a “Caixa de Pandora” aberta pelo ditador impenitente de 30... e não fechada, ainda pela cautela medíocre, dos beneficiários ora dentro, ora fora do poder. Mas quero me referir ao “equivoco” da escolha do então major e rapidamente depois, general, Gois Monteiro — conterrâneo do “jagunço” marechal Floriano Peixoto, que se fizera na República Velha passar como “ídolo do Exército”, tentando superar Caxias e Osório, com seu título bajulatório de “marechal de ferro” por ter afogado em sangue, com Júlio de Castilhos, a mais organizada e majoritária oposição estadual de então, o Partido Federalista do Rio Grande do Sul, sob a liderança do parlamentarista e inexcedível tribuno Silveira Martins (conselheiro do Império, na fase gloriosa, mas crepuscular do Imperador e da Princesa Isabel). A escolha, que ao major Gois foi encontrar solícito, no Regimento de São Luís (das Missões, perto de São Borja, RS), foi o complemento da personalidade de Getúlio, o “taciturno”, pois Gois era o “alto-falante” (leiam, se quiserem saber da História do Brasil, pelos documentos, os brasilianistas americanos, todos “scholars” sóbrios e verazes como cientistas que o foram e ainda são, alguns ainda vivos). — descoberta, porém, de Gois para chefe das forças revolucionárias (convite feito por Osvaldo Aranha, o brilhante mas pouco afeito a astúcias e ao pensamento político, pois era apenas soldado do futuro ditador para a ribalta de suas cenas...) havia sido precedida pela negativa prerempetória e de alta dignidade militar e pessoal do coronel Euclides de Figueiredo, pai do hoje presidente da República, general João e de outros dois generais do Exército, um que traz seu nome, ainda na ativa. O então coronel Euclides de Figueiredo comandava o Regimento de Alegrete, terra de C.A. e, deflagrada a

Revolução, preso, em Porto Alegre, o comandante da III Região, Euclides é intimado a entregar-se aos vitoriosos, em Santana do Livramento, onde se encontrava, ao lado de um amigo e ajudante de ordens. Digno, negou-se a entregar-se, e tentou reagir, sendo alvejado por um patrulheiro afoito, que atingiu, na face, a seu ajudante que ainda vive em Alegrete, hoje). Pois foi assim que o Brasil perdeu um chefe militar capaz de dar foros de seriedade institucionalizadora à Revolução desencadeada em forma anárquica e oportunista (aproveitando a grande depressão econômica em que se afundara o mundo e o nosso país, com o café, o chamado — “general café”, outro comandante da anarquia revolucionária, responsável, este sim, pela derrota das forças de suporte em outras circunstâncias, do candidato de Washington Luís, eleito mas não empossado); pois foi assim que o Brasil, com Getúlio, “ganhou”, , por equívoco, Gois Monteiro que foi o confusionista, eu diria “o homem da fumaça”, para camuflar as intenções silenciosas de Getúlio, e ninguém o fez melhor do que ele, Gois teria sido um Queijo de Lano, se na Espanha; ou Goebels, na Alemanha nazista — se estou certo de sua inteligência vivaz, loquaz e vazia a seus conhecimentos da mitologia greco-romana... O coronel Euclides de Figueiredo marchou, como tantos outros grandes homens do Brasil afastados da cena política nacional pela ditadura de Getúlio, para o exílio, em Buenos Aires, onde residiu, pobre com sua família, até que se apresentasse a oportunidade de uma nova trincheira de luta contra a “farsa revolucionária” de 30, como ele a julgou com severidade o que veio a se lhe oferecer em 32, quando foi um dos comandantes das forças sublevadas em São Paulo, em nome da constitucionalização do país, a que o ditador, com seu feitio, se negava comodamente no poder; e depois, deputado e senador, na trincheira da ordem e da lei instaurada a duras penas em 1934, para ser destruída, como se viu, em 37. O atual presidente, general João Figueiredo ao visitar este ano Buenos Aires, teve a iniciativa sentimental de rever a casa em que morou, menino, com seu pai, mas lamentavelmente não se leu, na imprensa, uma única reportagem revivendo o perfil de soldado e estadista, de chefe militar e de parlamentar, que foi Euclides seu pai; mas preza a Deus, que tenha ele a índole deste, para ser tão valente como foi o coronel Euclides (pai) ao recusar as honras do poder para ficar com o Brasil institucionalizado, democrático e livre com que aquele soldado da ordem e da lei sonhou e para o qual viveu.

R.M. – Mas a oposição, repito, apoiou sem restrições a Revolução de 30! Como o senhor explica?

S.M. – Pois foi essa uma tática que haveria de custar às oposições amarga desilusão, tão logo assumisse o sr. Getúlio Vargas o Poder e nele se fizesse o ditador que sempre foi (ao feitio paternalista do latifundiário e do senhor de escravos... estes sem Zumbís...). A isso chamo de o maior “equívoco”, que nos levaria rapidamente a outra revolução; a de 1932 (como disse), eclodiria tão logo se pode, ou puderam as oposições frustradas em 30 em sua linha e ideais revolucionários, os quais, queiramos ou não, nasciam nos ideais da Revolução de 93, quando, destruído até o último soldado o Partido Federalista, privou-se o Brasil, por 40 anos, de uma oposição organizada que contraditasse o situacionismo caciquista (de cacique tupiniquim) em que se estruturou, pela força e pelos cofres públicos, o Partido Republicano, estrategicamente fragmentado, por um falso federalismo, em Partidos Regionais (Republicanos: PRR, PRM, PRP e o “resto era o resto”... do Brasil infuso, físico, geográfico... o Brasil que possibilitara a frase: – “São Paulo é uma locomotiva puxando 20 vagões vazios”, intrigante e despeitada, menos paulista do que de outra origem, mas com foro na realidade econômica nacional, pois o café era realmente nossa riqueza agrícola por excelência, com a qual faríamos ou iniciariamos nossa industrialização; e São Paulo era o café). Em nenhum instante desse longo e penoso período se permitiu, quer nos Estados e muito menos no Centro, que a oposição se constitui em alternativa para o Governo, o que somente teria sido possível se outro que não fosse o “jagunço” Floriano Peixoto, fosse um Duque de Caxias, o implantador do sistema após-monarquia, pois o regime parlamentarista de governo se impusera, pela experiência pacífica consensual do II Império, como a fórmula capaz de construir, com a República, a nossa democracia sem o monarca, o qual, por sábio que o fosse ao nos proporcionar o relevo nacional e internacional do seu reinado, bem que poderia ter sido substituído, na República, senão pela Princesa Isabel e seu Conde (que para o bem do Brasil poderiam ter aderido à República) pois tudo aconteceria, daí em diante, no nosso mundo político — ao menos por um dos notáveis conselheiros imperiais, como Silveira Martins, Afonso Pena, Campos Sales, Rio Branco, Prudente de Moraes... e porque não Ruy Barbosa, o republicano autêntico? A estes foi permitido somente o governo, vedando-lhes a estruturação política do país, a qual, como sensata evolução do Império para a República, depois da abolição da escravidão injustamente associada àquele, faltava apenas uma Lei e uma Justiça eleitorais, pelas quais o republicano também autêntico e lúcido Assis Brasil se bateu ao longo de sua atuação como pensador e pregador político e consubstanciada em seu livro “Representação e Justiça” — efemeramente aceita pelo ditador Getúlio Vargas, após 30, com Maurício

Cardoso no Ministério da Justiça para a feitura do Código Eleitoral que, embora cauteloso ao instituir a Justiça, não previra as possibilidades da fraude pela intimidação como se provou no Rio Grande do Sul, como a artilosa invenção da cédula em cartolina (dura) do Partido Republicano Liberal do abencerragem Flôres da Cunha, no primeiro pleito admitido pelo ditador depois de 30 e graças à Revolução de 32, pleito que nos deu ‘ “A Rosa”, de Malherbe’, da Constituição de 1934 (quem se recorda dela?), na qual, por ter sido redigida pela maioria submissa ao ditador, nem este nem os líderes dos partidos, do governo e da oposição, não acreditaram com convicção (mais um “equivoco”) suficiente, e que, por isso, foi 3 anos depois destruída pelo ditador, ao manejar com as históricas estupidezes, quer da extrema esquerda comunista quer com a extrema esquerda fascista (o integralismo do sígma crioulo), ambos auto-destruídos pelos golpes irracionais que inspiram muito a propósito para a tática continuista do ditador e o comprometimento do Exército (sempre o Exército, confundindo, nessa fase e desde Floriano, a ordem e a lei, o regime e o governo, com as sempre insinuantes e supostamente salvadoras ambições continuistas do ditador; este é um capítulo a ser escrito com seriedade necessariamente, como se fez já com o tirano “marechal de ferro”). Aí então as raízes da errônea tática da Frente Única do Rio Grande do Sul, que permitiu a eclosão insurrecional de 1930 — “o grande equivoco”.

R.M. – O senhor não acha que nesse momento houve uma euforia geral no país inteiro, sob um clima de regeneração de costumes administrativos e implantação de uma verdadeira democracia?

S.M. – Realmente, quem o nega? As oposições massacradas nos pleitos eleitorais fraudulentos da República dos “marechais” e dos “governadores”, viram na oportunidade da formação do governo do Rio Grande do Sul e na Revolução de 30 uma base de poder para também elas — dele participarem, como ponto de partida para instituírem — um dia, que chegou tarde e em momento não desejável, ainda sequela esta, da longa ditadura apenas fisicamente desaparecida com o suicídio do ditador, para instituírem, repito, o regime parlamentarista de governo, pelo qual se batera — até sua extinção sangrenta, o Partido Federalista, em 93. Foi esse “equivoco” — toda a oposição que entra para o governo, fora do regime parlamentarista e do distrito eleitoral, é fagocitada, esfacela e desaparece, como o provaram, todos os que, ao longo do Presidencialismo brasileiro, tentaram patrioticamente fazê-lo, quer pelas dissidências

dos partidos do Governo: — (Reação Republicana) quer ingressando neste, a pretexto tático; Aliança Liberal em 29 com Getúlio no Governo do Rio Grande do Sul; Antônio Carlos, em Minas; e João Pessoa na Paraíba e, depois, somente no Rio Grande do Sul, com Flores da Cunha no Governo, quando mesmo Raul Pilla, o inspirador, teve a ingenuidade de aceitar um posto, a secretaria da Agricultura, em busca do Governo de Gabinete para uma desejada demonstração, experimental e prática, ao Brasil, de que era esse o caminho... e resultou perda de alguns próceres do Partido Libertador que ficaram com o lado “quente da fórmula, antes de 37, e com o “paladar aguçado”, depois da derrubada de Flôres ficaram com Getúlio.

R.M. – Mas em Minas, São Paulo e nos demais Estados da Federação o Parlamentarismo não dispunha de partidos para suportá-lo.

S.M. – Exato. Mas era necessário começar por uma ponta. Nas constituintes de 35 e de 47, no Estado, nos esforçamos, nós os libertadores, com as lideranças, na Assembléia, de Raul Pilla e, depois, de Mem de Sá, na instituição (respeitada, se o fosse, a Federação) do regime parlamentar do governo regional — o que veio a ser destruído, depois de implantado no Rio Grande do Sul, por um infeliz aresto do Supremo Tribunal Federal — o mesmo Poder que frustrara, ao longo da República todas as tentativas de permeabilizar e flexibilizar o infausto Regime Presidencialista e, com isso, fortalecendo a chamada “monarquia absoluta” a prazo fixo e supostamente eleita (a fraude imperou soberana em todos os pleitos republicanos) embora sucessiva e quatrienalmente renovada mas revigorada e que permitiu, isso sim, o castilhismo rio-grandense da Constituição de 24 de fevereiro que nos deu os 25 anos de Governo do Sr. Borges de Medeiros, sucessor e dileto pupilo de Júlio de Castilhos, impugnado, pelas armas e pela tribuna parlamentar e dos comícios frustrados, de 93, 23, 24 e, por que não?, de 30. Por favor, volte-se a ser nas Faculdades de Direito, ao menos o “Habeas Corpus” de Ruy Barbosa, se não em busca de instituição de uma Corte Suprema genuinamente copiada dos EE.UU., ao menos pelo culto ao idioma que se desfigura vertiginosamente em nossos dias tecnocráticos; Corte aquela, como pretenderam os constituintes de 91 e aos quais não corresponderam os juizes togados mas escolhidos pelos “monarcas” da nossa República, Corte aquela, sim, que permitiu a grande Nação do norte criar mesmo sob o sistema presidencialista (não confundi-lo com o nosso, mal copiado daquele e por isso quisto irremovível da nossa história republicana) uma genuína e forte democracia capaz

de suportar todas as turbulências do mundo, nos seus 150 anos, sem sacrificar as liberdades públicas e nem um só dos direitos da pessoa humana, regime que lá, por ser congressional, foi um “melting” com o sistema de Governo de Gabinete vigente na velha e sábia Inglaterra transitoriamente incompatibilizada com os “Pais da Pátria” nova. (O sistema parlamentarista teve vários pregadores na Assembléia da Filadélfia)

R.M. – Realmente nunca houve, na República antes de 30, uma oposição forte nos Estados, a não ser no Rio Grande do Sul e, se o quisermos, em São Paulo, mas efêmera aí.

S.M. – Pois aí o tens, a pior faceta da Revolução de 30, que nada inovou mas a tudo, a todos os vícios antigos e combatidos na cruzada da Aliança Liberal, agravou com a pertinaz (até a morte do ditador) metástase que degradava todas as fórmulas regeneradoras pela medicina política. A partir daí, do instante que as oposições se “equivocaram” com Getúlio Vargas supostamente unificador do Rio Grande do Sul, tudo se tornou melancolicamente perdido. Dávamos um passo à frente e muitos para trás, puxados pelo ditador e pelo vêsso republicano (metástase floriano-castilhistas) positivista do partido único, do governo perene e científico e que degenera sempre em ditadura pessoal e anarquia institucionalizada... As oposições, a cada tentativa de reconduzir o Sr. Getúlio Vargas aos compromissos da Aliança Liberal, perdia os seus grandes líderes e esfacelava as suas fileiras timidamente organizadas em núcleos regionais e fracionários. E o ditador nato (à moda brasileira, sim, mas ditador) vencia sempre, pairava sempre na crista da onda por ele agitada com maestria doida. Eu vi os homens mais lúcidos e cultos sucumbirem ao sortilégio do Poder do ditador, com as esperanças renovadas de vencê-lo, de cansá-lo no caminho e dentro de seus laboratórios infernais. Conteí a do notável Raul Pilla (o único homem público destes 50 anos de quem guardo, para inspirar aos meus filhos a grandeza da atividade pública como a desejei sempre, o retrato na parede do meu quarto de leitura, meditação e de prece pelo Brasil dos nossos treslocados dias de hoje, sob a tutela de homens públicos que nem mesmo o ditador Getúlio Vargas ousaria fazer saltar justiça ao malabarista, o qual, talvez, se vivo fosse, nem mesmo o pequenino João Goulart teria chegado ao poder, a não ser por malícia e por ardil, como o fez, por ambição, o sr. Juscelino Kubstchek, e tática insana, depois, o sr. Jânio Quadros; e fechemos o parênteses) conteí a ingenuidade do Sr. Raul Pilla no parlamentarismo com o tipicamente presidencialista Flôres da

Cunha, no Rio Grande do Sul, ao aceitar, na Secretaria da Agricultura, a qual emprestou o brilho de sua cultura e do seu devotamento ao bem comum, o posto de fiador da experiência parlamentarista que patrocinara; pois vou contar uma confidência inédita do sr. Maurício Cardoso, o ministro do Código Eleitoral de Assis Brasil até este com advento da Revolução de 30 aceitaria ingenuamente o Ministério da Agricultura porque fora autor de um livro clássico sobre o ramo a “Cultura dos Campos”). O sr. Maurício Cardoso fora constituinte gaúcho na Assembléia gaúcha de 1935 e ali provara sua sólida cultura jurídica juntamente com Camilo Martins Costa e outros, o que foi tornado em vão em 37. Pois outorgada a Constituição de 37, esses notáveis homens de oposição a Flores da Cunha, “et pour causa” talvez, ficaram novamente, com o ditador mais uma vez triunfante. E ele, Maurício, me disse, ao jornalista, ele que era secretário do Interior do interventor general Daltro Filho: “Esta Constituição é corporativista e a chave do Governo ficará com o Secretário da Agricultura. Vou para lá.” E foi, e o corporativismo era mais um ardid do ditador inveterado de 1930; e o grande homem que seria na vida pública brasileira, que foi o Sr. Maurício Cardoso, veio a morrer moço e promissor, ingênuo e frustrado, culto e irrealizado, como, de resto, os homens de seu nível e do seu tempo, no Brasil getuliano. Como Assis Brasil e Raul Pilla, ele foi no governo apenas mais um secretário da Agricultura, operoso, sábio, inovador, mas jamais um líder político, pois não lhe chegaria nunca, com sua personalidade evidente demais, às mãos, as rédeas do Poder. Não era homem para Getúlio, e a prova ele o vira, ao ver-se preterido por Cordeiro de Farias, quando o ditador teve que, muito a seu gosto, prover o cargo de governador (interventor estadonovista) do Rio Grande do Sul com a morte de Daltro Filho. E o que o diga, ainda hoje vivo, Cordeiro de Farias (marechal) se não foi ele também e repetidamente “equivocado” ao pretender, desde 30, a realizar sua carreira política muito aspirada e muito promissoramente moderada, chegar à presidência da República, com as credenciais acumuladas de revolucionário de 30, de interventor no Rio Grande do Sul, de governador de Pernambuco e, por último, de Ministro do Interior de Castelo Branco (depois do golpe de 64, que derrubou o pupilo tardio e espúrio do ditador Getúlio Vargas já morto, o sr. João Goulart). Contarei outro “equivoco”, sempre e repetido pelos mesmos homens, os melhores, na melhor e mais heróica disposição de servirem ao Brasil. Nada nesse longo período se desprende das amarras da “melange” ao gosto do ditador de 30. Este “equivoco”, foi mais uma vez praticado pelo sr. Raul Pilla, e precisa ser contado em seu abono de idealista e perseverante e inexcedível patriota. Quando o sr. João Goulart toma posse na presidência da República com a

insana renúncia do presidente Jânio Quadros e, graças à fórmula parlamentarista de governo (traída nas origens e na tática pela pequenez dos homens que a serviram, no Poder), o sr. Raul Pilla, superando todos os escrúpulos pessoais, foi ao Palácio, ele que fora o inspirador honesto da emenda constitucional aceita e vitoriosa pelo Parlamento, para dizer, de viva voz e com a ênfase de mestre e de pensador respeitado pelo país inteiro como o maior doutrinador parlamentarista, para dizer, repito, ao Presidente (que não ficou sabendo nunca) que ele tinha nas mãos um regime flexível capaz de, se bem por ele compreendido e realizado, lhe permitiria pacificar o Brasil, dar-lhe a auréola de um condutor à semelhança de don Pedro II e com virtualidades que poderiam conduzi-lo a longo período de profícua e histórica liderança nacional; e que, para isso, não lhe faltaria, a colaboração de homens capazes e patriotas, para a chefia do Governo, desde que ele soubesse se colocar na função sábia e suprema de chefe de Estado, mais perene e mais gloriosa do que a de qualquer ditador. Não repito as palavras de Pilla, que era sóbrio e comedido, mas o relembro, por amor à verdade histórica, porque o episódio foi-me por ele relatado pouco antes de morrer “bocejando de tédio” pelo que sucedera ao Brasil, antes, durante e depois, de 34, 37 e 64... e que dura até os nossos dias... Tenho para mim, não sei, que Pilla teria repetido igual esforço junto a Castelo Branco em 64.

R.M – E como o senhor explica a rápida e empolgante vitória da Revolução de 30, com ampla base popular?

S.M. – Não o nego. Mas a vitória armada da Revolução de 30 só foi possível com a adesão dos governos (com suas polícias e seus tesouros públicos) dos Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba. Não fora essa certeza de apoio, mas a inquietação nacional promovida pela pregação da Aliança Liberal, e mais a sufocante crise econômica em que se debatia o Brasil, como decorrência da depressão mundial (nem mesmo o “crack” da Bolsa de New York em 29, nem a quebra de 500 bancos comerciais num só dia ao ser posto em execução, pelo presidente Roosevelt, o “New Deal”, em 33, solaparam a democracia americana que pode triunfar inabalável e encontrar a solução para a economia interna e para o mundo às vésperas, já, da II Grande Guerra), não fora, repito, a conspiração de 29/30 contar com esse tripé jamais o sr. Getúlio Vargas, cauteloso e oportunista, teria assumido a posição — não sei se de líder, de chefe ou de beneficiário da vitória, pois todos sabemos que foi ele, não apenas dos três chefes de governos estaduais, o último a assumir compromisso público com a

eclosão do movimento em armas; pois seria capaz de negá-lo 3 vezes, no primeiro dia, se a vitória não lhe sorrisse tão inquestionável. Bem mas isso é da historiografia já escrita: o que está me importando, neste pronunciamento pessoal, não é reescrever a história talvez seja necessário isso sim expulsá-la um tanto dos mitos e das simpatias ou antipatias pessoais, para fazer emergir a verdade dura a plena! Ou será cedo, ainda, para a verdade sem máscaras?

R.M. – E ao que o senhor atribui a adesão total de Minas e Paraíba?

S.M. – Bom, aí entra o implacável e “teimoso” Washington Luís que nunca duvidou do conservantismo tradicional das forças armadas brasileiras, fiéis às instituições políticas vigentes. Para ele, o Exército, de modo especial, era ainda o “Exército de Floriano Peixoto”. Seu “equivoco” o levou ao desastre de quebrar o compromisso com Minas Gerais e voltar-se repetitivo para o candidato de São Paulo à presidência da República, como seu sucessor. E isso levou, pela frustração, tanto o sr. Getúlio Vargas como o sr. Antônio Carlos de Andrade e Silva, a se unirem na inesperada adversidade orfandade para ambos, pois, ambos esperavam a respectiva inclusão na chapa do Catete. Ainda aí, a união do velho e astuto Andrada com o sr. Getúlio Vargas, não visava a regenerar costumes políticos, ao contrário, o que o presidente de Minas Gerais desejava (minha convicção pessoal) era uma troca: daria seu apoio a Getúlio mas para sucedê-lo. E o esperou na presidência da Constituinte de 34 por essa chance, em vão, porém... Era evidente que ele desejava ver a dupla Rio Grande — Minas substituindo a fórmula “traída” Minas-São Paulo; essa, para ele, teria sido o ideal... e sem revolução. Esse “equivoco” o acompanhou até a morte. Infeliz foi João Pessoa, vítima da violência do cangaço nordestino; e do seu próprio “equivoco”, pois jamais teria, com sua personalidade forte e valente, chance na era Getuliana... a não ser para uma embaixada ou um Ministério anódino e emoliente... De qualquer forma, morto, teve melhor recompensa do que Antônio Carlos de Andrade: - o seu nome muitas ruas e avenidas das capitais dos Estados “revolucionários”...

R.M. – E como foi a articulação do Partido Libertador com a Aliança Liberal. Tem o senhor conhecimento desse entrosamento?

S.M. – Não. Nesse tempo eu era ginásiano, em Santa Maria, embora com muito “apetite” pela política. Minhas simpatias, desde menino, em 1923, quando vim a descobrir o Partido dos meus ideais, foi o Partido Libertador criado com a fusão do Partido Federalista (remanescente do genocídio de 93) com a Ala do Partido Republicano que acompanhou Assis Brasil e herdeira da pregação de Ruy Barbosa na histórica “reação” e o “civilismo”. Não obstante isso, cheguei a sair do ginásio em 30, em busca de um engajamento nas forças que seguiram para São Paulo. Não fui além de Passo Fundo... Pude ver, ainda, no trem em que viajei, sem rumo, algumas personalidades fardadas de “provisórios” que mais me pareciam em excursão turística do que em “marcha para a guerra”. Essa gente, como se viu, foi com passagem gratuita até o Rio, depois da “vitória” de Itararé, em busca de emprego público ou, se não isto, de negócios em que muitos se especializaram. Nunca houve, como se veria em 32, uma integração incondicional do Partido Libertador na situação triunfante. A isso, Pilla — o grande líder do pensamento político definido em princípios precisos, jamais consentiu; e nem Assis Brasil o forçou a isso, embora membro do primeiro governo, como Ministro da Agricultura de Getúlio Vargas (grande “equivoco”, como disse, do chefe laureado de 231).

R.M. – Não teria sido início de cisão entre Assis Brasil e Pilla?

S.M. – Não. Ambos os líderes guardaram sempre grande e necessária lealdade recíproca. Minha curiosidade, como estudante de Direito já em 32 e como jornalista, a partir desse ano, começa com a convivência que passei a ter em 32 com pessoas mais diretamente envolvidas na conspiração da Revolução de 32, à qual dei meu apoio e entusiasmo de jovem e estudante. Procurei ajudar, como auxiliar de “panfletos” e nas rebeldias estudantis... Cheguei a assinar um “manifesto da juventude gaúcha” redigido pelo então jovem e brilhante Carlos de Brito Velho (deputado cassado pelo AI-5 por ser altivo e justo). Eu fazia parte daqueles jovens que tudo, até a vida, teriam dado (ó! equivoco...) para derrubar, no Estado, o governo de Flôres da Cunha, ao qual tínhamos por “traidor” da Revolução constitucionalista; e na União, o sr. Getúlio Vargas. Este foi sempre um capítulo mal contado pelos historiadores da fase, e pouco valor teve o fato, com a concordância tática do ditador de convocar a Constituinte para dois anos depois.

R.M. – Mas desde então o Partido Libertador começou a perder seus pró-homens.

S.M. – Talvez. O Partido Libertador era um movimento democrático de corajosa atuação interna. Seus congressos eram foros de magníficas controvérsias em que todas as correntes se expressavam sem censura e sem medo. Nas discussões e nos debates o sr. Raul Pilla era uma opinião, mas tomada a decisão ele era o líder e o chefe incontestado de todos nós, jovens, moços e velhos maragatos. A opinião do Partido era, pois, feita na luta destemida e depois conduzida com fé e atitudes claras, sempre apoiadas na enunciação de idéias e princípios que desejava imprimir nas instituições e nos atos de governo do Brasil.

A.E. – Mas o senhor não acha que o sr. Getúlio Vargas se beneficiou largamente do fato de o movimento que resultou na Revolução de 30 ser heterogêneo, desde suas origens?

S.M. – Nisso era mestre o sr. Getúlio Vargas. E onde não havia divisão, ele dividia para reinar, seduzindo homens ou comprometendo outros com atos que os tornaria, eventualmente, incoerentes; e quem não foi incoerente na luta contra a ditadura crônica do sr. Getúlio Vargas?

A.E. – Essas divergências enfraqueciam também o Partido Libertador, prejudicando sua autoridade vigilante no processo pós 30...

S.M. – Não nego, em parte. Sim, o Partido era pequeno e sua força vinha de sua coerência na luta por princípios e por um programa escrito e claro, pelo qual lutávamos e ainda luta o Brasil de hoje. Nossa formação partidária vinha da união dos remanescentes do Partido Federalista (parte destes, fiéis ao parlamentarismo de Silveira Martins, ainda resistiu e se tornou um clube tão brioso quanto tenaz, em Livramento) e os liberais republicanos de Assis Brasil. Estes, como todos nós, ainda hoje lamentamos o maior crime da República “florianista”; a interrupção do processo evolutivo do parlamentarismo do Império, ao qual faltava, mas estava perto de acontecer, a Lei e a Justiça eleitorais, com o voto secreto e a magistratura responsável pelo salvaguarda das decisões do povo. Teríamos tido, via legal, se isso acontecesse, o “distrito eleitoral” e o “voto majoritário”, ao estilo inglês, francês e americano, sem contar a tradição de todas as outras democracias nascentes da Europa. Inventou-se agora o sistema misto, a simbiose alemã do voto majoritário e do proporcional, o que foi e é típico da Alemanha

democrática nascida dos escombros da Alemanha nazista. É preciso que o Brasil não se equivoque com mais esse casuísmo matreiro.

A.E. – Acha que poderia ter sido evitada a Revolução, naquele momento histórico?

S.M. – Não direi isso; da minha perspectiva de hoje eu digo, que teria sido melhor que não tivesse acontecido a “era Getuliana” da República. Com Júlio Prestes, ou depois dele, os ideais regeneradores da República teriam vencido por via parlamentar; ninguém mais resistiria; havia já um consenso geral e um resistência pouco sólida para levar mais longe a reforma constitucional atenuadora do Presidencialismo; não digo que tivéssemos chegado ao Parlamentarismo como tal, de imediato; mas o voto secreto teria vindo e possivelmente a Justiça Eleitoral sem Revolução; e o que digo é que sem Getúlio como ditador essas reformas viriam de modo mais estável e irreversíveis... Tínhamos já, para essa reforma, a promessa da adesão de dois autênticos egressos do autoritarismo republicano — e dos mais típicos: — Borges de Medeiros, no sul, e Artur Bernardes, em Minas. Borges nos daria mais tarde a prova de sua evolução mental e cultural no seu livro “O Poder Moderador da República”; e Bernardes que morreu parlamentarista. Mas, com a adesão do oficialismo dos três Estados, ninguém e nenhum partido estancaria mais a tendência revolucionária generalizada que lavrou de forma anárquica, pelo Brasil inteiro, solapando as resistências conservadoras das Forças Armadas e impossibilitando o presidente Washington Luís de impor a ordem. Aliás, na fase getuliana, apenas se progrediu, no sentido democrático, quando as leis foram elaboradas no Parlamento; do ditador, o que saiu foi a legislação fascista do trabalho, editada por decreto da sua responsabilidade e baseada, durante o “Estado Novo”, na “Carta del Lavoro” de Mussoline, de 1927, de dez anos antes portanto do decalque brasileiro.

R.M. – Mas foi Getúlio quem criou o Ministério do Trabalho, no seu governo logo após a vitória da Revolução...

S.M. – Foi, mas “pour épater” para torná-lo, a seguir um instrumento fascista ou autoritário no Estado Novo, como disse. Lindolfo Collor ao formulá-lo teve o alto senso de lançar as bases para uma evolução democrática da legislação social que já vinha despontando de legislatura em legislatura desde o fim da I Guerra Mundial; e se mais

adiantada não estava em 30 foi porque nossa grande força de trabalho, até aquela época, estava no campo, nas lavouras de café sobretudo; a industrialização mal se iniciara em São Paulo e Rio de Janeiro. No Rio Grande do Sul, no Paraná, em Minas e no Nordeste (o açúcar e o algodão) a atividade econômica dominante era rural com a pecuária e uma agricultura rudimentar e rotineira. A legislação, portanto, do trabalho, deveria ser, como foi, através do saxônico Lindolfo Collor, uma premissa para um desenvolvimento democrático a medida que se adensasse a concentração industrial que se vislumbrava mas que viria a se evidenciar pouco antes, durante e depois da II Guerra Mundial. Ainda temos a lembrança dolorosa do “peleguismo” a que o sr. Getúlio Vargas e seu pupilo bastardo sr. João Goulart, este então no Ministério do Trabalho, converteram o sindicalismo bem nascido em 30 e depois fascistizado, aí sob a exclusiva responsabilidade de Getúlio que apostava no “eixo” Berlim-Roma, de 37 a 45. E ainda não se emancipou o nosso sindicalismo desse pesada intercorrência madrasta.

R.M. – Talvez por isso tenha o sr. Getúlio Vargas recusado e retardado tanto a assumir compromisso com a Revolução de 30.

S.M. – Bom, Getúlio nunca assumiu compromisso com nada e com quem quer que seja, Getúlio era ele, no Poder, e o futuro. Ele aceitava as tendências vitoriosas, e quando as forjava era no sentido de fortalecer a sua posição de ditador à moda brasileira, a não ser em 35, contra o sr. Luís Carlos Prestes e seus desvairados seguidores, contra os quais fundou, com Filinto Muller na polícia, a repressão nos moldes nazistas, medindo a hediondez de um lado com a sanguinária traição do outro.

R.M. – Isso não aconteceria com Osvaldo Aranha.

S.M. – Osvaldo Aranha era homem de governo, desde 1923 quando foi um dos “provisórios” com Flores da Cunha, a serviço do reacionarismo inqualificável e do republicanismo Castilhistas-Borgistas. E, depois de 30, foi um homem frustrado por Getúlio. Com todo o seu talento e o seu crédito de articulador da Revolução de 30 entendeu sempre ser o natural sucessor constitucional de Getúlio, e como se “equivocou” à moda de Antônio Carlos — o mineiro! Era um extraordinário comunicador de idéias gerais. E, por isso, disfarçou muito bem seus legítimos anelos, ocupando cargas ministeriais salientes e aos quais emprestou todo o seu brilho, como no

Ministério de Exterior, durante a guerra, salvando o Brasil do mau-passo que outro, ao sabor de Getúlio, teria dado no sentido do apoio ao nazi-fascismo.

R.M. – Mas o senhor não acha que assim ficaria muito personalizada a história brasileira dessa época?

S.M. – Não me parece. Esconder a personalidade de Getúlio Vargas em falsas definições, em afeituosos conceitos, seria deformar, isso sim, a nossa história. Assim como se diz Hitler, se diz Mussolini, se diz Stalin, se diz Getúlio, se diz Peron, etc., contando a história. Ignorar essa marca indelével de Getúlio, com seu sibarismo e sua inamovível fixação ao Poder, isso sim é deformar a nossa história. Quem contará a história republicana do Rio Grande do Sul, sem, nela, fazer o perfil e a biografia de Júlio de Castilhos e de Borges de Medeiros? Por acaso alguém dirá que Carlos Barbosa, com o interregno de 4 anos da ditadura borgista, modificou as cores definitivamente impressas por Castilhos e Borges ao período? Pois foi nessa escola que Getúlio modelou seu espírito e fixou suas convicções pessoais e autoritárias, aliando-se à sua índole missionária. Em todas as fases do seu governo é na do “Estado Novo” que o sr. Getúlio Vargas se sente de corpo inteiro; quem quiser encontrá-lo na plenitude de seu temperamento é aí, sob uma farsa, uma falsa Constituição, sob um regime que lhe deu a ditadura mas não se institucionalizou para não lhe criar limitações, é nessa fase que o ditador se dá o luxo de abrir-se uma entrada na Academia de Letras sobraçando o volume de “Discursos” impressos pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) e escritos pelos seus redatores oficiais, discretos até o limite do silêncio eterno, desde Ronald de Carvalho até Luís Vergara. Pois o sr. Getúlio Vargas era um inapetente para falar e para escrever e jamais escreveu uma só de suas “peças literárias” e jamais assoprou para seus redatores um só pensamento. Que o digam eles. Se fosse nos EE.UU. já o teriam dito.

R.M. – Mas voltemos ao sr. Lindolfo Collor no Ministério do Trabalho. Teria ele se valido da cooperação de auxiliares que o teriam influenciado no trabalho realizado?

S.M. – Convivi algum tempo com Collor, já fora do governo, e tenho para mim, que teria sido ele um dos homens mais capazes do primeiro ministério do sr. Getúlio Vargas.

R.M. – Daqui do sul ele teria levado Carlos Cavaco e Renato Costa.

S.M. – Nenhum nem outro tinha possibilidade de influenciar em Collor ou substituí-lo em suas tarefas. Mas ainda há aí uma fonte que está devendo um depoimento correto sobre Lindolfo Collor, pois com ele conviveu intimamente em Porto Alegre depois de 32 é Viana Moog, escritor notável e membro da Academia de Letras.

R.M. – O senhor chegou a constatar as fontes européias inspiradoras da evolução de Borges de Medeiros e da formação cultural de Collor?

S.M. – Não. Não cheguei a privar nesse terreno, com esses grandes homens tão desiguais entre elas, jovem demais que eu era naquele tempo. Mas suponho que tenha sido a Constituição de Weimer, que, sendo parlamentarista e, por isso, profundamente democrática, e que fora a contribuição alemã de após a I Guerra Mundial — embora venha a ser destruída por Hitler em 33 — para o pensamento político europeu.

A.C. – O remanescente do Partido Republicano acompanhava Borges de Medeiros nessa sua fase?

S.M. – O Partido Republicano praticamente desaparece depois da ascensão de Getúlio como força política influente e decisiva, Getúlio o destruiu, liberando dos seus compromissos partidários do passado a uma elite de homens ainda moços e cultos; mas exclusivamente em seu benefício próprio, no uso do Poder discricionário, através do qual pode e soube “satelizar” todos aqueles valores que, na democracia parlamentar, seriam “astros” com luz própria com luz própria e patriotismo criador. E o que foi pior, não permitiu que o Partido Libertador, natural estuário das dissidências republicanas jovens, os absorvesse. Esses homens, educados à sombra do Poder Pessoal incontestável no exercício do Executivo, não tiveram tempo e nem oportunidade segura para se reeducarem no exercício dos mandatos legislativos do Congresso ou das Assembléias estaduais dissolvidas a reconstituídas tantas vezes nesse meio século em que a personalidade tantalizante de Getúlio, como ditador carismático e sorridente, projetou sua sombra agigantada pelas perspectivas dos longos poentes, ora sangrentos ora promissores, da ainda claudicante democracia brasileira. Pena que nenhum desses homens, como Maurício Cardoso, Osvaldo Aranha, Flôres da Cunha, João Neves,

Lindolfo Collor e outros não tivessem tido vagares, talvez de um exílio na Inglaterra como o teve Ruy Barbosa, em vez de, como o tiveram os nossos revolucionários eventuais nas Repúblicas sul-americanas. Só João Neves escreveu suas memórias, mas ninguém lhe arrancou confidências mais profundas e mais íntimas, para descobri-lhe as decepções que a ele como aos outros amargaram suas vidas preciosas. Osvaldo Aranha, chanceler, e embaixador, presidente da ONU em um momento histórico (criação do Estado de Israel, por exemplo), se tivesse segurança na preservação de sua carreira ou viesse a ter uma velhice confortável após a morte de Getúlio, talvez tivesse muito a revelar de útil para os pesquisadores de hoje; ao contrário, ficou emocionalmente comprometido, mais uma vez, com Getúlio, ao levá-lo à sepultura em São Borja, após seu desvairado suicídio em seu quarto de “pensionista” do Catete...

A.E. – Gostaria que o senhor falasse sobre o relacionamento dos “tenentes” com o Partido Libertador.

S.M. – Os “tenentes” — que foi uma elite jovem e inquieta, insatisfeita e brilhante do Exército, desde Eduardo Gomes e seus companheiros no desafio simbólico e heróico do Forte de Copacabana, não tinham um pensamento político definido, eram apenas patriotas a serviço de uma rebeldia infusa e latente em todas as gerações mais cultas do Brasil desde 89 e 93, a educação e a formação dos colégios e na Escola Militar não lhes permitia ordenar e estruturar uma convicção política programada para as reformas indispensáveis, no sentido do retorno ao Parlamentarismo como sistema de Governo. Insisto mais uma vez se tivessem sido exilados na Inglaterra, — e não no Prata, ou na Bolívia, ou no Paraguai, ou no Uruguai — por tempo maior e dedicado ao estudo e a reflexão, então assim, o Partido Libertador os teria absorvido como curso espontâneo de desligados das fileiras profissionais das armas. Pensem nisso.

A.E. – O Partido Libertador era aberto à participação dos militares na política?

S. M. – Contra sua índole e seus princípios de ordem, da lei e de civilismo, sempre os solicitou e os aceitou para esconjurar da República o mal maior que foi a República “florianista” e presidencialista de 91. E mesmo, como o disse, com exceção de Luís Carlos Prestes, que se deixou sentimentalizar pelo pauperismo no interior agreste e selvagem do Brasil de seu tempo, e depois de sua peregrinação pelos países

paupérrimos e anárquicos da América Latina e diante desse panorama se deixou seduzir pelo marxismo, “doença” por ele contraída no “spleen” de Buenos Aires, os demais, na política brasileira, foram sempre personagens “satelizadas” pelo Poder e muito “praticamente” manipuladas por Getúlio. Com um pouquinho mais de “habilidade” das oposições, Eduardo Gomes teria sido “recomendado” por Getúlio — que não desejaria ter bafejado a candidatura à presidência da República de Eurico Dutra, depois de 45, este que fora este o marechal do Estado Novo, que o abandonara ao vê-lo desprotegido dos seus deuses fiéis, após a Guerra e o regresso dos pracinhas da FEB. E veja bem, que não quero acusar Dutra, que foi um presidente democrata embora pouco lúcido em relação ao panorama mundial do seu período, mas que veio a ser, por seus escrúpulos e sua origem ou seu complexo de culpa, responsável pelo retorno triunfal, mas fatal, de Getúlio ao posto de Presidente da República — o que foi uma desgraça para si e para o Brasil... foi e o é, até nossos distantes dias de hoje.

A.E. – O senhor não acha que essa flutuação política dos “tenentes” e a disputa dos partidos políticos para tê-los como seus heróis populares foi decisivo nos movimentos armados e políticos da época?

S.M. – Os partidos políticos, em geral (dos quais não excluo o PL), por serem regionais, foram fracos para a formação de um pensamento político e de um ideário nacional uniforme. Valeram-se, assim, aqui e ali, desses jovens heróis das armas. Mas o que eles, os tenentes, sabiam, ou mal sabiam, era do ofício que lhes havia sido frustrado na mocidade de estudantes ainda, o ofício das armas; de política ficaram sabendo mais por simpatias pessoais ao longo de suas carreiras administrativas após 1930. Perguntem ainda e agora, a Juracy Magalhães, a Cordeiro de Farias, ou a Eduardo Gomes — vivos e respeitáveis figuras dessas constelações desbaratadas ao longo desses 50 a 60 anos de triste história das “desordens” brasileiras, perguntem a eles, confidencialmente, que regime desejariam ou desejam ao Brasil, quando e depois de suas decisivas participações nos movimentos vitoriosos desse período; e vocês poderão ter uma resposta esclarecedora. O marechal Juarez Távora jurou que jamais participaria de outros golpes militares... Os únicos partidos nacionais que chegaram a se esboçar, à semelhança pálida dos partidos Democrata e Republicano dos EE.UU., foram a UDN e o PSD, após o Estado Novo, mas não puderam sobreviver às seduções do Governo, no período Dutra-Getúlio, e até 64 quando foram dissolvidos e substituídos pelo “nada” de

onde ainda agora porfiamos em emergir. Os “tenentes” foram facilmente manipulados por Getúlio quando vivo e pelos políticos, corruptores ou não, aqui e ali. Procurem ouvir Cordeiro de Farias, mas façam com ele o “jogo da verdade” mesmo que seja para revelá-lo depois de sua morte, já que não é eterno; ele que teve sua última frustração depois de 1964, quando pensou em suceder o marechal Castelo Branco na presidência da República, na qualidade de “herói” de tantas “batalhas”, na guerra e na paz, no melhor campo cívico-político-administrativo brasileiro desde 1924 com a “Coluna Prestes” até os campos de seu anti-fascismo na Itália; ele que reunira tantos e notáveis títulos e credenciais para isso e que lhe foram “negados” e “cassados” pelo “candidato natural”, mais uma vez, ocupante do Ministério de Exército de 64...

A.E. – Mas a reforma agrária, a pequena propriedade e referência ao latifúndio etc., eram pontos de partida para o difuso pensamento reformista dessa juventude.

S.M. – Eram referências vagas e pouco consistentes, pois não estavam preparados culturalmente para condutores, desse nível. A melhor reforma agrária de todos os tempos, pasmem vocês jovens de hoje, foi executada no Governo de Borges de Medeiros, com excepcional austeridade, reforma essa baseada na pequena propriedade de 25 hectares responsável pelo desenvolvimento do Rio Grande do Sul e pela fixação dos imigrantes europeus, de todas as nacionalidades mas predominantemente dos alemães e italianos.

A.E. – E quais foram as bases eleitorais do Partido Republicano e do Partido Libertador nessa época, até a revolução de 30?

S.M. – Do Partido Republicano Rio grandense nas cidades, amparado no chefe político e na administração dos municípios e do Estado; e do Partido Libertador na colônia e na campanha. Os colonos europeus e seus descendentes sempre se inclinaram para o Partido Libertador, pois traziam na sua vivência anterior os modelos europeus de governo e os movimentos libertários dos seus países de origem.

A.E. – Mas na verdade se interpenetravam os campos de ação, de um partido e de outro?

S.M. – Sim ninguém poderia ser chefe político sem ser dono da terra, pois somente com essa base econômica poderiam vir a ser capitães da guerra, a não ser da oposição, com algumas exceções para esta. Estudem a vida dos grandes chefes revolucionários e legalistas de 93 e até antes, dos barões, condes e marqueses da Guerra do Paraguai; ou da Revolução (padrão) de 35.

A.E. – Na zona de campanha que partido predominava?

S.M. – No campo o confronto foi sempre mais ativo, mais audacioso e mais corajoso; nas cidades, pelas dependências visíveis e inevitáveis, o Partido do governo levava a melhor. Mesmo assim Assis Brasil, em 23, ganhou a eleição de Borges de Medeiros, decisão que levou o Rio Grande mais uma vez ao campo de batalha cruenta das coxilhas. Não tanto pelos processos eleitorais, dos quais se valeram ambos os contendores, mas pelo princípio de inércia do qual Borges de Medeiros vai se libertar apenas depois que é alijado do poder pelo Tratado de Pedras Altas, e depois de Getúlio, para sempre... Permitam-me, nesta altura, uma digressão: vocês conhecem o episódio da “degola” de Assis Brasil, vitorioso nas urnas, para presidente do Rio Grande do Sul, vencendo a Borges de Medeiros, a despeito de todos os processos de fraude e de pressão tradicionais? Pois vou recontá-lo ao Brasil.

Como era do processo eleitoral de então, uma comissão de Revisão das Atas Eleitorais da Assembléia Legislativa fazia a verificação final do pleito, e, como não poderia deixar de fazê-lo, registrou a vitória de Assis Brasil (teria sido um ardil satânico seu, com Borges?). Ao levar ao Palácio o resultado e lá chegando teria havido o seguinte diálogo com Borges de Medeiros: Borges – (solene e autoritário, como sempre) – Então os senhores vem me

trazer as congratulações de nossa vitória?

Getúlio – Efetivamente... efetivamente, senhor Presidente.

E, sem mais palavras e não mais que um aperto de mão, deixaram a sala e voltaram à Assembléia para reescreverem a “Ata”, “degolando” Assis Brasil, sumariamente, e dando ganho a Borges de Medeiros. E foi por causa dessa fraude que talvez Getúlio e não Collor viria a ser candidato oficial ao Governo do Estado, com apoio de

Washington Luís e Borges de Medeiros, em 1927... Não há mais confidentes desse covarde atentado à dignidade cívica do Rio Grande e que veio a motivar desesperada Revolução de 1923. O sr. Borges de Medeiros era honesto para tudo, no governo, menos para os resultados eleitorais, quer estaduais, quer municipais, quer nacionais...

A.E. – Não lhe parece que nas cidades a classe média decidia o pleito.

S.M. – Não se poderá, nessa época e no Rio Grande do Sul, pensar em classe média, no sentido sociológico do termo. A nossa sociedade, naquele tempo, estava estruturada em classe rural e “gente do povo”, i.é. da cidade. Nesta, o bom lado de nosso caudilhismo crioulo, tão diferente do caudilhismo hispano americano, como o demonstrou Moyses Vellinho, amparou-se nos “bacharéis em direito” que vieram a ser seus deputados estaduais e nacionais e que chegaram a dar o título à República — “República dos bacharéis”; e também, mais tarde, veio a dar ensejo, ao sr. Getúlio Vargas, tão autenticamente procedente dessas origens, em São Borja, feudo de sua família por tantos anos, de queixar-se ele dos “leguleios”, preciosismo léxico de que se valeu para apodar e impopularizar os juristas, e dos melhores do Brasil, que se uniam à oposição para destruí-lo ou para combatê-lo.

A.E. – E por que os médicos se inclinavam para o Partido Libertador?

S.M. – No Rio Grande do Sul, os bacharéis vinham das escolas de Recife ou de São Paulo, mais antigas, pois a Escola de Direito de Porto Alegre, fundada no princípio do século veio a dar sua primeira turma de bacharéis somente em 1906, se não me engano; e nas primeiras esteve Getúlio. E esses bacharéis, de procedência nordestina, foram os nossos primeiros juizes e advogados, em todas as instâncias, e dentre eles o Governo ia buscar os chefes de polícia e secretários de Justiça. Bom, e aí a curiosidade: do outro lado da rua, crescia, prestigiosa e independente, a Faculdade de Medicina, de onde emergia uma elite de médicos notáveis. Ali surgiram mestres notáveis pelo seu saber que impressionaram, também pela conduta profissional e pública, os seus alunos — como Olinto de Oliveira e Raul Pilla, e depois Décio Martins Costa, e outros. Ou por eles ou pela índole do estudante de medicina, mais crítico e mais seletivo em seu espírito científico, a maioria dos médicos tornar-se-ia libertador, quer em Porto Alegre, quer no interior do Estado onde iniciaram suas carreiras profissionais. Eles conviviam

mais com seus mestres e entre eles próprios, pois eram obrigados a uma frequência diária e indispensável, ao contrário dos estudantes de direito que tinham frequência livre e desde cedo procuravam empregos, como tais, sempre dependentes do governo, como o Ministério Público e a magistratura (juizes municipais).

A.E. – E como eram as atividades dos partidos nas escolas daquele tempo?

S.M. – Os Partidos procuravam formar suas bases entre os jovens, havia a Mocidade Libertadora, a Mocidade Republicana, formadas por estudantes mais ativistas e com temperamento político precoce.

A.E. – E a tendência desses jovens era sempre a de apoiar a orientação dos partidos da preferência deles ou punham questões novas diante deles?

S.M. – Bom, eram aprendizes, atentos e se esforçavam em auxiliar a rotina interna dos respectivos partidos e procuravam estudar as doutrinas que inspiravam o programa de cada um. Foi um período construtivo e era essa uma atividade cívica magnífica.

A.E. – O senhor acha que a disciplina interna do Partido Libertador era menos rígida do que a do Partido Republicano?

S.M. – O Partido Libertador era democrático, por princípio, por meio e por fim. Trazia em sua bandeira um ideal herdado do Partido Liberal do Império, e do Federalista, de Silveira Martins, na República; e era esse ideal de reformas claramente propostas em seu programa, com Assis Brasil e com Raul Pilla, que galvanizava os entusiasmos e o devotamento da mocidade. E ainda hoje, se vocês pesquisarem no meio estudantil brasileiro, nas elites pensantes do campo jurídico e dos demais campos da cultura profissional brasileiro, até os cientistas de cada setor, você escolherá, da maioria deles, uma proposta avassaladoramente dominante — o regime parlamentar de governo, o voto secreto e majoritário no distrito eleitoral, a revogação dos privilégios dos parlamentares, em exercício, das “verbas pessoais”, a repressão inflexível da corrupção por uma magistratura especializada à maneira do “umbudsman” escandinavo e solícita, uma Justiça expedita, austera e independente, verdadeiro poder da República. Pesquise e você verá. E, depois, você saberá porque se priva o Brasil de uma Constituinte capaz de

dar ao nosso país uma Constituição moderna e apta a nos conduzir para o fim deste século XX e para a perigosa jornada do século XXI — que vai ser da informática e do alucinante domínio dos circuitos integrados e dos computadores miniaturizados, da eletricidade solar, da arquitetura genética e da derrota do câncer. E aí do Brasil se continuar assim ignorando as forças criadoras da Nação como legítimos e únicos responsáveis pelo nosso destino, na ordem, na lei e na Justiça.

A.E. – O senhor tem alguma informação pessoal sobre como se preparou a opinião pública do Rio Grande do Sul para a derrubada de Flôres e a instauração do Estado Novo?

S.M. – Tenho. A preparação começou com a dissidência na Assembléia comandada a serviço e a mandado de Getúlio, pelo seu irmão deputado estadual de então, e de pouquíssimas luzes, Benjamim Vargas. O Flôres foi fortemente combatido por esse grupo, perdendo na Assembléia até o seu líder Cylon Rosa, que não se saiu muito airoso, embora tenha vindo a ser, depois, interventor do Rio Grande do Sul, Daltro Filho já estava com suas forças preparadas em Santa Catarina para o assalto armado que não saiu, ao Rio Grande do Sul, quando o líder desse grupo, sr. José Loureiro da Silva, depois prefeito de Porto Alegre e frustrado candidato a governador do Estado com apoio que nunca mais teve de Getúlio, me chamou, a mim, então redator político do Diário de Notícias, para me dar uma entrevista calculada, medida e pedida por Getúlio através do “Beijo” (Benjamim Vargas). Poucos dias depois, Flôres estava em Montevidéu e Daltro assumindo pacificamente, como se tivesse caído de pára-quedas no Palácio Piratini, a interventoria no Rio Grande do Sul.

A.E. – O senhor tem essa entrevista?

S.M. – Deve estar no Diário de Notícias, em um dos seus exemplares de outubro de 37. Poderei ajudá-los a encontrá-la, se interessá-los.

A.E. – E o golpe pegou a todos de surpresa?

S.M. – Pois parece mentira; a desinformação era total. Ou a ingenuidade e a boa-fé de sempre? E por outro lado, o Flôres se tornara impopular. Apagara-se o penacho do

“cadete” e isso se tornou desastroso, também, para o Partido Libertador e o velho Partido Republicano (remanescente), este que nunca tivera ensejo de uma longa prova amarga oposição no Brasil; e ambos se esfacelaram também. Muito poucos resistiram à adesão pura e simples — com Raul Pilla à frente, ainda uma vez, da resistência lúcida mas solitária. O mais difícil então foi combater a ditadura no campo democrático, sem se aliar aos comunistas ou aos integralistas alijados do governo pelo suposto aliado da véspera... Getúlio sempre.

R.M. – Eu queria voltar um pouco mais atrás e perguntar sobre o assassinato de Valdemar Ripol, depois de 32.

S.M. – Não sei exatamente sobre o episódio triste. Sei que Ripol era um dos melhores líderes jovens do Partido Libertador; e era um valente. Exilado em Rivera, ali manteve acesa a oposição ao Flôres, e caiu sobre a vigilância local dos capangas de “Chico Flôres”, irmão do general, que mais tarde veio a ser senador (muito medíocre), pelo Partido Republicano Liberal, de seu irmão. Ripol incomodava a família “imperante”, com sua tenacidade e seu brilho na luta. O general Flôres, por outro lado, era um emotivo, mas usava o poder como fizera como Prefeito de Uruguaiana — de um modo pessoal e arbitrário. Era capaz de se preocupar com as menores manifestações de oposição a seus atos de “proprietário pessoal do Governo”, “dono” da polícia. Seguidamente, em Porto Alegre haviam espancamentos de intelectuais e chegou mesmo a homisiar no Palácio o “Pedruca”, um egresso da Penitenciária, que protegera em sua guarda palaciana e que um dia subiu a rua General Câmara, resistindo à bala a sua captura, para integrar-se diretamente ao seu “protetor” no Palácio. D’outra feita, ao fundar a Universidade do Rio Grande do Sul com a encampação das faculdades até então autônomas de Direito, de Medicina, de Engenharia e de Química, irritou-se exasperadamente com as manifestações de hostilidade dos estudantes de então, entre os quais me incluía. A sua decisão de nomear funcionários e professores para o provimento de cargos administrativos e da docência dessas escolas sem concurso. Um primo seu, chefe da Guarda Civil, ao sacar do revólver e dar um tiro a esmo em pleno tumulto que se formara na esquina da rua da Praia com a “Ladeira” (esta conduz ao Palácio Piratini) provocado por um cartaz estudantil, veio a atingir a carótida de um jovem estudante de Direito, meu colega de turma, mantendo-a à distância de 50 metros do local. Fizemos uma baderna e pedimos o apoio do Ministro da Justiça para a identificação e prisão do

criminoso, que sabíamos quem era mas não podíamos trazê-lo ao banco dos réus. Lembro-me que o general Flôres chegou ao detalhe de um dia chamar o diretor da redação do Diário de Notícias, onde eu trabalhava, e lhe disse: “Manda esse guri calar a boca, porque do contrário mando ripar-lhe as costelas à pau e largá-lo do outro lado da fronteira”. Esse era o Flôres, governante. Meu diretor me falou, alarmado, e eu disse que não se preocupasse e me desse o setor do Palácio que eu me encarregaria de “cutucar a onça”. Flôres era um vaidoso com sua suíça e sua postura romântica de “mosqueteiro” sem rei e sem rainha... e, dessa forma, era um felino que se amansava ao toque no “pelo” de sua vaidade. E foi o que aconteceu, quando passei a atuar como repórter político nos setores em que se incluía o Palácio. E aí o vi dominar a seus auxiliares e receber os seus amigos como se ainda vivesse num quarto de pensão de estudante. Naquele tempo tinha ele um dócil chefe de polícia, retirado da Promotoria Pública, que costumava aguardar na Portaria do Palácio para ser recebido pelo chefe e governante em seu quarto como o fazia a seus demais auxiliares de governo e onde pontificava, com sua verve e sua inexcedível memória de contador de anedotas, o sr. Carlos Machado, diretor da “A Federação”, secretário do Interior e Justiça e depois deputado federal pelo PRL. Muitas vezes saía eu do Palácio, depois de cumprir estritamente minha tarefa de repórter político, e era interceptado por esse chefe de polícia que me perguntava: - “Como está o general? Bem humorado? Ele não falou de mim?” Uma ou todas essas perguntas me foram repetidas várias vezes.

A.E. – Pode dizer o nome desse personagem?

S.M. – Deixa-me pensar. Sim, por que não? Já está morto, e estamos fazendo a história. Chamava-se Poty Medeiros, filho de um desembargador, amigo de Flôres, também com cargos anteriores no Executivo, e oriundo do Rio Grande do Norte. O tio de Poty, governador daquele Estado e deputado federal muito respeitado como líder parlamentarista convicto. Poty, até pouco tempo, depois de aposentado, veio a ser ministro do Tribunal de Contas do Estado e presidente da Liga de Defesa Nacional. Tornaram-se famosas suas “jantas”, em sua residência, aos generais da ativa até Médice, depois das quais não se esquecia de fazer chegar aos jornais as notícias bajulatórias muito de seu feitio. Outro episódio que me ocorre, pena que alguns personagens já mortos, mas autêntico: depois de 32, Flôres arcara com a acusação de “traidor” da revolução paulista, com a qual se afirmava ter se comprometido e falhado

ao apelo do seu amigo Osvaldo Aranha. para excusar-se dessa acusação infamante constituíra um “Tribunal de Honra”, integrado, a seu convite, por juristas, entre os quais, um dos maiores e mais cultos advogados do seu tempo, o Dr. Martins Costa — pai de Camilo, José Luís e de Décio Martins Costa, este médico e libertador atuante e destemido, e que como tal tivera um incidente à bala, em um comício em Lageado, se não me engano. Flôres costumava, à noite, reunir-se aos amigos em uma roda de palestra no largo da rua da Praia (depois Largo dos Medeiros, irmãos donos de uma hoje desaparecida confeitaria da esquina), onde os jornalistas e intelectuais por vezes se reuniram provincianamente. Certa vez passava por ali um médico, professor de medicina legal na Faculdade de Direito e muito parecido fisicamente com Décio Martins Costa, mas ao contrário daquele, risonho e cortejante; homem não político mas de família conhecida — Pita Pinheiro. Ao vê-lo tirar o chapéu, para cumprimentá-lo, Flôres saiu da roda e foi ao encontro do inesperado e cordial “amigo” e lhe pegando pelo braço disse-lhe: - “Seu pai é meu amigo e você me combate tão intransigentemente. Precisamos conversar...” E ia assim, apressando o passo, em busca de uma inesperada reconciliação com o jovem e ardoso libertador (depois presidente do Diretório Central do PL), quando Pita Pinheiro, assombrado com o “equivoco”, o adverte de que “estava enganado”. E Flôres se apercebe e lhe pede: -“Peço-lhe que não diga nada a ninguém. Deixe esse encontro entre nós. Certo?” Era uma ordem a um funcionário mais do que um pedido. Pita Pinheiro saiu dali com a “barriga fria” para contar a Décio. E foi a este efetivamente e contou o fato, pedindo-lhe, como queria Flôres, que “não contasse a ninguém”. Décio era sarcástico e prometeu mas, pedia permissão para contar o fato, se lhe interessasse, ao menos para “seu melhor amigo”. Pita Pinheiro concordou, e contou, para delícia de Décio, o jocoso encontro com Flôres. E, de amigo em amigo, eis-me narrando, com absoluta fidelidade esse episódio.

A.E. – E qual a sua impressão pessoal do general Flôres...

S.M. – Bom, Flôres era uma figura pessoalmente muito simpática. Tinha palavra fácil e uma conversa fluente e agradável. Sabia dar atenção a todos que o cercavam. Falava o francês e tinha hábitos noturnos de boemia antiga, mesmo quando residia sozinho, separado já de sua digna esposa, num quarto de solteiro no Palácio, e dali saía, à noite, para suas incursões de “tenente sedutor”, fazendo estágios no Grande Hotel... Flôres se deliciava com as “piadas” dos amigos e contava as suas. Seu governo teve alguns

méritos, não obstante as turbulências políticas que viveu. E quem não tem pelo menos alguns méritos no governo?

R.M. – Diga-nos, agora, quantos grandes homens o senhor encontrou na vida pública rio-grandense, nesse seu longo período de jornalismo?

S.M. – Poucos e poucos, talvez por falta de oportunidade para serem grandes, muitos outros. As ditaduras tem mais esse demérito: cultivam a subserviência e a mediocridade. A rigor, apreciando-os por prismas diferentes e tomando apenas, como medida, a real personalidade de cada um deles, como eles não eram e não como eu desejaria que eles tivessem sido. Primeiro Borges de Medeiros. Quem o visse na rua, à pé, no percurso entre a sua casa e o Palácio, quando governante todo poderoso, ou depois na planície, não o diria. Pequeno, feio, magro, modesto, de braço com sua exemplar esposa, Dona Carlinda, era um homem vulgar e até desprezível, mas bastava interceptá-lo ou sentar-se à sua frente em uma audiência, mesmo em sua casa, para o “grande” emergir de si, ampliar-se aos olhos do seu interlocutor silencioso e constrangido; não importava quem fosse este. Depois, Raul Pilla (exemplo de parlamentar inglês e pensador político, além de cidadão e professor retilíneo), se seguiram, Getúlio e Assis Brasil — e como eram diferentes uns dos outros. E daí em diante eu diria que se formaria um nível de membros de Estado Maior, com nuances diferenciais.

R.M. – Vamos encerrar, pois temos que pegar o avião para o Rio de Janeiro dentro de uma hora. O resto da história fica para outra ocasião. Muito obrigada.

S.M. – Muito obrigado digo eu. E só lamento a premência do tempo e o imprevisto. Até outra ocasião.